

BAIRRO SÃO JOSÉ E O PODER DA ESCOLHA EM DESENHO URBANO

No dia 14 de agosto de 2011 foi publicado no jornal Correio da Paraíba matéria sobre o plano urbanístico no Bairro São José. O bairro com mais de 16 mil habitantes, a maior favela da cidade de João Pessoa e situada em área nobre, passará por mudanças no seu território. Segundo o título da matéria publicada, “PAC vai reconstruir bairro São José: investimentos de R\$ 190 milhões serão para a construção de três mil casas, pavimentação e implantação de rede de esgoto e saneamento”.

De uma forma geral, moradores do bairro e do entorno ficaram esperançosos e otimistas em ver a possibilidade real de ser transformado o bairro com características de favela em bairro de fato e integrado a cidade legal. Inquestionável, portanto, é a necessidade da intervenção, mas como isso será feito e a partir de quais procedimentos técnicos?

O mais preocupante é que quando foi noticiado o investimento e os estudos preliminares dos projetos da Prefeitura Municipal de João Pessoa não foi cogitado o debate, o poder da escolha e do aperfeiçoamento do projeto. Ao que parece apresentou-se como fato consumado a definição da proposta, e a população usuária que não participou da concepção, sente-se insegura e desconfortável pela forma centralizadora como vem sendo tratado o assunto. A Figura a seguir ilustra o projeto da prefeitura.



Projeto da prefeitura. Uniformização e setorização rígida dos usos: agressão à paisagem e mal uso dos R\$ 190 milhões de dinheiro público.

Acreditamos que a população deve ter a chance da escolha e do debate para aperfeiçoar o projeto. Da maneira como vem sendo conduzido o processo não corresponde ao desenho urbano participativo necessário para a qualidade das obras e a eficiência dos investimentos. Ou seja, a questão não é construir e sim como construir. Uma intervenção dessa magnitude onde estão envolvidos R\$ 190 milhões de verba pública, não pode ser feito dessa forma.

No Estatuto da Cidade, Lei Federal Nº 10.257 aprovada em 2001, relata-se sobre a gestão democrática no seu artigo 2º, inciso II: “[...] gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”. Noutro sentido, a população e a sociedade civil organizada precisa não só conhecer mais detalhadamente o projeto oficial ora anunciado como também oferecer e ter a chance de ver outras propostas, escutar os moradores, outros técnicos, a academia e serem discutidos os projetos urbanos antes da licitação pública. Neste sentido é preciso aprender com algumas boas práticas, e nesta temática há inúmeros estudos realizados, tais como monografias, dissertações, teses de doutorado, projetos vencedores em concursos públicos de projetos urbanos (a exemplo do Morar Carioca –RJ) que esclarecem os métodos e técnicas de se intervir em favelas. No geral, é

necessário conhecer as preexistências espaciais, comportamentais e ambientais que servirão para as tomadas de decisão do projeto. Isto é, é preciso conhecer o lugar, o modo de vida, o uso e ocupação do solo para só então iniciar os estudos preliminares.

Vejam o que afirma na matéria a Secretária Municipal de Planejamento, Estelizabeth Bezerra: “não vai ter a bodega e nem a padaria de esquina. Vai ser feita uma quadra de comércio em outro conceito”. Equívoco de conceito separar o uso residencial do comercial, pois vai de encontro à diversidade e mistura de usos salutar na comunidade favorável a animação urbana do bairro e as trocas sociais. Não considerar essa prerrogativa no desenho urbano é um grande erro. Além destes aspectos, as três mil habitações com dois quartos, a única do conjunto, não corresponde aos variados perfis das famílias locais. Enquanto sugestão poderá ser adotada três ou mais tipologias, unidades habitacionais com possibilidade de ampliação, e outras de um e três quartos, por exemplo. Uniformizar tanto a tipologia habitacional, quanto a sua distribuição monótona no espaço, além de separar rigidamente os usos habitacional, de lazer e comercial é outro equívoco do projeto da referida prefeitura que não atende aos pressupostos básicos da diversidade e flexibilidade típicas da comunidade do bairro São José.

O anteprojeto apresentado será uma agressão a paisagem, uma afronta a identidade local, a urbanidade do entorno, e um desrespeito aos costumes da população do bairro pobre. Felizmente há no bairro São José os que prometem protestos contra as mudanças anunciadas.

Visando contribuir para o debate nesta área, oito alunos do projeto de extensão do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do UNIPÊ desenvolvem trabalho denominado Desenho Urbano no Bairro São José: reflexões propositivas. Sob a coordenação do professor Marco Suassuna, alternativas de desenho urbano serão apresentadas à comunidade em breve. Para viabilizar os trabalhos acadêmicos, foram definidas no projeto de extensão duas áreas catalisadoras das transformações a) o acesso principal, como símbolo maior de integração com o entorno; e b) dois espaços vazios próximos a Unidade de Saúde da Família, cuja proposta consolida a vocação de praças de convívio. Nas duas áreas o sentido do conhecer primeiro o lugar e suas preexistências para depois propor foi uma das diretrizes consideradas.



(A) Fotomontagem do acesso ao Bairro São José, lanchonetes, edifício multiuso e praça de entrada. Detalhe da escada metálica da rádio comunitária a esquerda. Integração com entorno, visuais liberadas e valorização da paisagem.

(B) Disciplinação dos fluxos de pedestres, motos e bicicletas e praças de convívio em área próxima ao USF.

Primeiros resultados do projeto de extensão dos alunos de Arquitetura e Urbanismo do UNIPÊ, Coord. Professor Marco Suassuna.

Enfim, não se questiona a necessidade da intervenção e sim o método usado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. É preciso dar o poder de escolha para a comunidade, esperamos que a gestão municipal reavalie os seus métodos quando o assunto é desenho urbano participativo, para tal, estamos a disposição para o debate salutar a fim de construirmos coletivamente uma cidade mais atraente e democrática.

Marco Suassuna
Arquiteto, urbanista e professor do UNIPÊ e da FACISA.
Vice presidente do IAB-PB